

RESTAURAÇÃO OU REVITALIZAÇÃO? PONTOS PARA REPENSAR O PATRIMÔNIO NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO.

RESTORATION OR REVITALIZATION? POINTS TO RETHINK THE HERITAGE IN MUNICIPALITY OF PORTO VELHO.

MARA GENECY CENTENO NOGUEIRA¹
ADRIANA CRISTINA DA SILVA NUNES²

1. INTRODUÇÃO

Falar de patrimônio cultural e tentar conceituá-lo não é uma tarefa tão simples, tendo em vista que ao longo do tempo o conceito foi sendo modificado. Quando se analisa a genealogia do referido termo pode-se verificar que o mesmo se situou num dilema focado no contexto da memória e tradição, visando a formação da identidade e no objetivo básico que era o de obter a legitimação da nacionalidade.

Ao longo do processo de formação dos Estados Nacionais, como nos diz Fonseca (2005), havia a necessidade de se verificar os bens que eram simbolicamente importantes para cada grupo social, levando-se em consideração o fator tempo e espaço. Sabe-se que, inicialmente, os governantes passaram a eleger aquilo que deveria ser preservado, geralmente bens vinculados a elite.

Tal trajetória é importante de ser citada por que foi justamente neste período ou mais precisamente no final do século XVIII que o Estado ao assumir a proteção legal dos bens que iriam ser representativos para formação da identidade coletiva passou a definir o que seria denominado de patrimônio histórico e artístico nacional embora o conceito que se elaborava em termos de valores culturais estivesse preso ao patrimônio material edificado. No entanto, a iniciativa já foi de grande valia para iniciar todo um campo de conceituação e análise acerca de monumento e preservação.

Ao se definir o que deveria ser preservado, o Estado foi obrigado a estabelecer critérios de preservação mesmo que ancorado em relações de poder e muitas vezes nem

¹ Professora do Departamento de História da Universidade Federal de Rondônia - UNIR, doutoranda em Geografia pela UFPR

² Professora Doutora do Departamento de Arqueologia da Universidade Federal de Rondônia - UNIR

sempre seguido o que ele mesmo apresentava em termo de Legislação Patrimonial. No entanto, foram criados órgãos governamentais para orientar e legitimar o que deveria ser preservado, de que forma seria preservado e quais técnicas deveriam ser utilizadas com intuito de restaurar e, posteriormente, revitalizar o bem público.

Será justamente no entorno da discussão acerca da restauração e da revitalização que o presente trabalho busca abordar especificamente dois dos bens patrimoniais edificados no início do século XX. O primeiro correspondente ao período da construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré e o segundo relacionado aos anos iniciais do Território Federal do Guaporé que são os espaços onde se encontra os galpões, estação e pátio da antiga ferrovia e o prédio do antigo Mercado Central, hoje denominado de Mercado Cultural.

Tais espaços foram ao longo da gestão do ex-prefeito Roberto Sobrinho, defendidos como bens patrimoniais edificados que necessitaram ser restaurados por que, segundo o gestor municipal, legitimam e preservam a memória da história da cidade de Porto Velho e garantem aos seus munícipes o sentimento de pertencimento.

O prefeito informou ainda que a outra parte do projeto, que compreende a área central e o local onde ficam as barracas, já foi selecionada pela Suframa, faltando apenas o empenho para a liberação de R\$ 4,9 milhões. A partir daí, então, se procede a licitação e o início da restauração do espaço. “Uma das grandes dificuldades para se conseguir recursos para a restauração da Estrada de Ferro, é o fato de que muita gente dizia que ia restaurar, mas não apresentava projetos. Nós apresentamos um projeto aprovado pelo Iphan. Foram feitos todos os ajustes sugeridos pelo instituto e hoje temos a grata satisfação de iniciar esta obra tão importante para a preservação da nossa história”, enfatizou Roberto Sobrinho. (JUSBRASIL – 10/01/12)

Não é pretensão deste artigo analisar se a marca da identidade da cidade de Porto Velho encontra-se necessariamente nestes dois espaços, mesmo porque compreende que para eleger tal representação se faz necessário ouvir a população tendo em vista que patrimônio tem relação direta com o espaço do vivido, o que não foi feito.

O artigo se deterá a analisar apenas se o que foi realizado pode dizer que se enquadra no processo de restauração como foi propagandeado ao longo de toda gestão do ex-prefeito ou se apenas foi feita uma tentativa de revitalização do centro antigo da cidade de Porto Velho. Procurar tais marcas, através da análise arqueológica da arquitetura que exige critérios para o restauro e que tem conceitos bem definidos tanto para restauração como para revitalização. Tal

análise ajudará a responder se nos dias atuais as transformações impostas ao patrimônio edificado enquadram-se mesmo no processo de restauração ou se tais discursos não foram apenas uma tentativa de garantir a ideia de um novo tempo político e de impor uma nova paisagem ao espaço do vivido.

A metodologia utilizada para a elaboração do referido trabalho foi desenvolvida em duas fases. Na primeira, levantou-se os textos tanto da arqueologia histórica quanto da arqueologia urbana que falavam da temática em tela. Depois de selecionados os textos, foram feitos levantamentos através da internet dos bens patrimoniais trabalhados com o discurso de restauração na gestão do ex-prefeito Roberto Sobrinho. Após a conclusão destas duas fases, passou-se a leitura do material, a seleção do mesmo e, posteriormente a tessitura do artigo.

2. BREVE HISTÓRICO DAS MARCAS PATRIMONIAIS DE PORTO VELHO.

A história da cidade de Porto Velho começa com a terceira fase da construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, período em que se estabelece gradualmente o abandono da antiga Vila de Santo Antônio em decorrência da decisão dos engenheiros em deslocar o ponto inicial da ferrovia a 7 quilômetro abaixo da referida Vila e também por ser o período correspondente a chegada de um número significativo de trabalhadores estrangeiros que juntamente com a população local ajudaram a estabelecer as marcas da dualidade tanto no que é tocante ao espaço social, quanto no que iria ser referenciado como patrimônio edificado do município de Porto Velho.

(...) começou a companhia a derrubar a mata, a fim de construir a estação inicial, um cais, as oficinas da ferrovia, casa do pessoal graduado etc. Começava, pois, a surgir uma cidade, no ponto inicial da estrada de ferro. Porto Velho situava-se cerca de 7 quilômetro abaixo de Santo Antônio. (FERREIRA, 1982: p.202)

As primeiras construções feitas em Porto Velho, além das citadas, foram os galpões, casa dos trabalhadores, lavanderia, fábrica de gelo e várias outras edificações necessárias para a realização do trabalho objetivando a concretização da via férrea que ligaria Porto Velho a Guajará Mirim.

Com o abandono gradativo da Vila de Santo Antônio outras espacialidades foram nascendo, como é o caso do bairro do Mocambo e de vários outros que aos poucos vão

alterando as paisagens da cidade, acentuando a dualidade entre o espaço privado marcado pelo universo do trabalho, pela ordem e pela funcionalidade e de outro lado o espaço público, invisível aos olhos dos administradores da ferrovia, caracterizado pelo ócio, pela transgressão e por outra marcação de tempo, ou seja, o descontínuo e que não se enquadrava na lógica do capital. “Fica claro que a cidade não foi pensada quanto aos seus atores sociais, Pensava-se na ordem, na tentativa de segregar o caos. Esquecia-se que a cidade era de encontros, e tais lugares não existem sem os seus sujeitos sociais e suas ações”. (NOGUEIRA, 2012: p.121)

Foi neste cenário de dualidade que se deu na contemporaneidade a construção do primeiro patrimônio oficial edificado da cidade de Porto Velho, ou seja, a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. Com um conjunto de obra no estilo da arquitetura norte-americana, o pátio da estação ferroviária passava na percepção da população local como um espaço alienígena, como nos diz Borzacov (2007), por se caracterizar como um lugar estrangeiro, marcado pelo idioma inglês, pelos nomes atribuídos as locomotivas, pelo maquinário oriundo do exterior e de todo o seu conjunto arquitetônico que se diferenciava dos demais cenários da outra parte da cidade que ficava fora dos domínios da ferrovia como pode ser observado na citação “(...) as moradias eram simples, de adobe ou pau-a-pique; suas estruturas eram feitas de estacas de faveiro, a trama com lascas de paxiúba e o fechamento de barro cru, coberta com palhas de babaçu e o piso de chão batido ou cimentado”. (CARVALHO, 2009: p.40)

Todo o complexo arquitetônico atribuído a ferrovia garantia a população nativa, ou ao não estrangeiro, um espaço com uma marca da internacionalização e, sobretudo, da segregação, tendo em vista que não se podia adentrar nos limites da Madeira-Mamoré sem a devida autorização.

Em 1943, da-se a criação do Território Federal do Guaporé e com ele a modificação da paisagem em termos de arquitetura. Foi justamente nesse período que se inicia o processo de construção de outros patrimônios edificados que ainda hoje marcam o centro antigo da cidade de Porto Velho. Nesse período, ocorreu o término do segundo bem patrimonial analisado neste artigo denominado de Mercado Público Municipal e o surgimento de vários projetos arquitetônicos que marcaram o espaço urbano e deram novas feições à antiga formatação da cidade.

Localizado entre as Avenidas Presidente Dutra e José de Alencar e entre a Travessa Guaporé e a Rua Henrique Dias, sua construção tem um estilo eclético com um volumetria simples em formato retangular. Possui um pátio interno, telhado em duas águas nos quadros lados, com cobertura de telha tipo Marselha. Composto por quatro fachadas, com portas de entradas centrais, sendo uma em cada fachada acompanhada por quatorze acessos menores em duas delas, e dezoito acessos menores nas outras duas. Completam os acessos aos “boxes”, quatro portas na diagonal em cada extremidade. Todas as portas são de madeira e de duas folhas, com bandeira dupla, a de cima em vitral e a de baixo em madeira tipo veneziana, são todas em arcos plenos ornamentados por um macarrão no centro. (CARVALHO, 2009: p.107)

A ideia dos governantes do Território do Guaporé era a de redefinir os espaços e garantir através da arquitetura que se projetava a marca da nacionalização, uma vez que a cidade que se esboçava deveria garantir ao seus munícipes a ideia de que:

(...) todo o conjunto arquitetônico construído na primeira metade do século XX, garantia um ar de cidade liberta, garantia a marcação de um novo tempo, onde a moderna Babel podia estabelecer espaço de convivência entre os seus mais diversificados sujeitos sociais. A idéia era garantir que os grupos sociais diversificados espalhados ou segregados em sua multiplicidade espacial pudesse encontrar identidade nos monumentos que se erguiam na Porto Velho do Território do Guaporé. (NOGUEIRA: 2008, p.108)

E ao conceber o Mercado Público Municipal, com suas inúmeras portas a ideia talvez fosse a de amenizar a dualidade já imposta desde surgimento de Porto Velho, uma vez que este espaço deveria ter como tônica a circulação não só de mercadoria, mas, sobretudo de pessoas independente de sua classe social. Era o lugar onde tudo deveria acontecer e onde a cidade deveria se expressar com espontaneidade em conversas informais. No entanto, sabe que a maior parte da população não tinha acesso ao mercado em decorrência dos preços das mercadorias e continuaram a frequentar as bancas periféricas ou as das proximidades da ferrovia como alternativa de compra de bens de primeira necessidade. Nesse contexto, o mercado edificado durante a fase do Território Federal do Guaporé não conseguiu atingir os seus objetivos que era o de levar a população portovelhense a fazer as compras de bens de primeira necessidade em um lugar limpo e ventilado e aos poucos ir acabando com as bancas insalubres da periferia e do entorno da ferrovia.

A forma que a cidade começa a expor não corresponde e nem atende aos interesses dos sujeitos urbanos que simbolizam o outro lado dessa cidade dual. Aos Mundiças o espaço do Mercado Central não corresponde a sua realidade. A construção nova gera a impressão de aumento de preço de mercadorias, uma vez que todas as mercadorias ali ofertadas deviam ser de boa qualidade, e isso significa maiores tributações. Assim, a continuidade das bancas periféricas eram a alternativa para o

outro lado da cidade que não conseguia consumir os produtos ofertados pelo Mercado Central. (NOGUEIRA.; 2008, p 110)

Como pode se perceber, a cidade de Porto Velho ao longo da primeira metade do século XX, foi se metamorfosando e deixando marcas ao patrimônio edificado, resultando em uma redefinição espacial diversa capaz de acentuar ainda mais a dualidade apresentada já na fase inicial da formação da cidade. Agora a dualidade seria no campo patrimonial. O que era construído deveria trazer a tona intenções políticas e característica distinta que determinasse a composição de um novo tempo. O tempo que o Território do Guaporé pretendia apresentar seria formatado por um conjunto arquitetônico capaz de demarcar o espaço nacionalizado em contraposição as espacialidades concebidas com a construção da Madeira Mamoré, consideradas como internacionalizadas.

Porém, para uma compreensão maior acerca da questão patrimonial na cidade de Porto Velho faz-se necessário uma análise dos conceitos de restauração e revitalização objetivando a partir deles procurar razões que justifiquem, por exemplo, por que na maior parte das vezes os gestores fazem opção pela revitalização e não pela restauração. Tal análise é o que se propõe no próximo tópico deste artigo.

3. RESTAURAÇÃO OU REVITALIZAÇÃO QUAL O CAMINHO MAIS EFICAZ PARA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA?

Por Patrimônio Cultural o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN toma emprestada a definição da UNESCO que diz:

O patrimônio cultural não se restringe apenas a imóveis oficiais isolados, igrejas ou palácios, mas na sua concepção contemporânea se estende a imóveis particulares, trechos urbanos e até ambientes naturais de importância paisagística, passando por imagens, mobiliário, utensílios e outros bens móveis.

Na definição não fica explícito a necessidade de tombamento do bem para que o mesmo seja preservado e restaurado, tampouco a estende a todos os saberes advindos das experiências humanas. O conceito defendido pela UNESCO e apropriado pelo IPHAN se

restringe aos bens móveis, ou aos bens materiais, sem fazer referências claras aos bens imateriais que também fazem parte do Patrimônio Cultural.

Tal conceito traz à tona a história do nosso país na década de 30 quando a política centralizadora instaurada por Getúlio Vargas determinou que o que deveria ser preservado e tombado seria somente os bens edificados, ou seja, o que fossem de pedra e cal. Neste período, foram priorizados os casarões, as igrejas barrocas, sobrados coloniais em detrimento de outros bens significativos para o povo, como era o caso dos cortiços, senzalas, vilas operárias dentre outros.

A política centralizadora parece que ainda está longe de terminar, uma vez que os bens materiais e imateriais mesmo hoje sendo determinados pelo povo, que elegem como patrimônio cultural os bens portadores de significação, ainda assim ficam a critério de um comitê da UNESCO estabelecer um bem como patrimônio tombado e não ao povo que o legitima.

Outra importante observação a ser feita diz respeito ao número de artigos e de instrumentos normativos produzidos acerca da questão patrimonial no Brasil. No entanto, vários destes textos são desconhecidos ou desconsiderados pelos agentes públicos quando o assunto é preservação e restauração de patrimônios edificados. A maior parte dos governantes brasileiros não dá muita importância aos bens patrimoniais, pois os mesmos geram custos e quando dão, os bens sofrem alterações em suas bases arquitetônicas para impor um visual modernizante com o intuito de revitalizar e garantir fontes de recursos aos municípios onde os projetos de revitalização são aplicados.

Quando se analisa o patrimônio cultural a luz da Arqueologia Urbana e da Arqueologia Histórica, percebe-se de forma mais clara porque os governantes preferem revitalizar a preservar os bens dentro dos parâmetros exigidos para o restauro. Ou seja, a visão ditada pelos órgãos responsáveis pela guarda do patrimônio é a de que ele deve ser revitalizado para acentuar a suas interfaces principalmente com o turismo e com isso gerar lucros ao lugar onde ele se encontra.

Porém, cabe aqui o seguinte questionamento: Por que restaurar sofre tanta resistência por parte dos gestores? Kuhl em seu estudo sobre a História e Ética na Conservação e na Restauração de Monumentos Históricos, diz que na Carta de Veneza encontra-se claramente o

objetivo da restauração que é o de “conservar e revelar os valores estéticos e históricos do monumento e fundamenta-se no respeito pelo material original e pelos documentos autênticos” (2006, p.22)

Talvez aqui se tenha a resposta mais exata ao temor pela restauração. A exigência e respeito aos valores estéticos e ao material original requer pessoal qualificado, estudos pontuais e compra de materiais específicos. Ao seguir os critérios exigidos, o restauro se torna inviável aos cofres dos estados e municípios, que disponibilizam um percentual quase que insignificativo aos órgãos responsáveis pela cultura. Por outro lado, o Governo Federal através do IPHAN quando faz algum investimento, esses correspondem na maior parte das vezes aos patrimônios tombados. Os não tombados, mas de relevância para o lugar, é de responsabilidade dos governos locais.

Querer e saber “tombar” monumentos é uma coisa. Saber conservá-los fisicamente e restaurá-los é algo que se baseia em outros tipos de conhecimento. Isso requer uma prática específica e pessoas especializadas, os “arquitetos dos monumentos históricos”, que o século XIX precisou inventar. (CHOAY, 2001, p.149)

Em decorrência do pouco recurso destinado as secretarias de cultura de cada estado ou município, pouco tem sido feito em termo de restauração com o intuito de garantir as características originais do bem a ser preservado. Geralmente, se faz a propaganda que os órgãos governamentais vão restaurar esse ou aquele bem, porém, na realidade o que se tem feito é apenas revitalizar o bem e com isso se acentuando a política imediatista focada no lucro.

Cabe ressaltar, que o termo revitalizar segundo Choay (2001) significa garantir uma nova roupagem ao bem a ser trabalhado. No processo de revitalização, não há necessidade de se seguir critérios rigorosos como no caso da restauração. É a tentativa de romper com o passado ao instaurar elementos contemporâneos e atribuir outras funções ou intencionalidades ao bem patrimonial a ser revitalizado.

Ao se revitalizar, acabamos por perder um dos laços com o passado, como enfatiza Choay (2001, p.139), ao se reportar a Ruskin de que “a arquitetura é o único meio que dispomos para conservar vivo um laço com o passado ao qual devemos nossa identidade, e que é parte do nosso ser”.

Porém, aos olhos do gestor o que deve ser observado é o valor de uso do patrimônio edificado. E ao tentar garantir tal valor, acaba por renegar o que é significativo e primordial para caracterizar o que é patrimônio, que é o seu valor simbólico. Afinal, qualquer bem só é patrimônio em decorrência da sua importância simbólica para a sociedade que o elegeu. Ao tentar garantir lucro, o estado ou município que detém a tutela sobre o bem patrimonial e acabam atribuindo outras funções e retirando após a restauração, os atributos que o fizeram ser enaltecido pela sociedade que o elegeu.

4. A GESTÃO ROBERTO SOBRINHO E O TRATO COM OS BENS PATRIMONIAIS DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

A gestão do ex-prefeito Roberto Sobrinho iniciou com os recursos federais e, sobretudo, com a contra partida das empresas que realizam a construção das Usinas Hidrelétricas do Madeira algumas alterações no patrimônio arquitetônico da cidade de Porto Velho, sobretudo, durante a fase do seu segundo mandato que correspondeu ao período de 2009-2012.

A Santo Antônio Energia celebrou na manhã de hoje, sexta-feira, dia 4, a ordem de serviço assinada em 1º de novembro para o início das obras de restauro conservativo do conjunto Rotunda/ Girador/ Oficinas da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. As obras permitirão o resgate deste bem cultural de Porto Velho, marco histórico de Rondônia e do país, que em 2012 completará 100 anos de história. (...) Desde 2008, a Santo Antônio Energia já investiu mais de R\$3 milhões na revitalização do complexo da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. (Gente de Opinião, 04/11/2011)

Tais alterações estão relacionadas ao pátio da Estrada de Ferro-Madeira Mamoré e parte do seu complexo arquitetônico, além do prédio onde ficava o Mercado Público Central da cidade, hoje denominado de Mercado Cultural, objetos de análise deste artigo. Contudo, para se chegar a uma conclusão da ideia que se postulou como central do trabalho, se faz necessário apontar alguns elementos que ajudarão a entender melhor a questão se o que foi alterado no patrimônio edificado foi restaurado ou revitalizado.

Em primeiro lugar, deve levar em consideração que a ausência de legislação municipal e estadual relativas à preservação e tombamento do patrimônio da cidade de Porto Velho, facilita as mutações ao patrimônio edificado. A falta de uma regulamentação leva na

maioria dos casos o gestor a impor as transformações que atendem, sobretudo, os interesses de sua administração e não a coletividade. As transformações impostas à malha urbana acabam por alterar a paisagem e aos poucos vão tentando aniquilar a memória afetiva de seus municípios mais antigos. Ou como diz Almeida (2006, p.162):

Infelizmente a cidade vem perdendo seus marcos físicos e culturais, geográficos e históricos. (...) Habitantes tem sido testemunhas e atores eficientes no processo de apagar geografias, esquecer histórias, substituir elementos das memórias, das nossas e daquelas que foram de nossos antepassados.

O segundo ponto refere-se à inexistência de órgãos públicos e conselhos municipais e também estaduais responsáveis pela gestão, preservação e fiscalização dos bens patrimoniais. Porém, muito além de instituir tais órgãos se faz necessário dotá-los de profissionais capacitados, com conhecimentos técnicos e metodológicos, conhecedores da história do lugar e capazes de perceber as rugosidades³ presentes nos monumentos.

É preciso, portanto, projetar considerando ao mesmo tempo os condicionantes de partido históricos, formais e materiais, pois a restauração deve preservar e facilitar a leitura dos aspectos estéticos e históricos do monumento, sem prejudicar o seu valor como documento e sem eliminar de forma indistinta as marcas da passagem do tempo na obra. (KUHL, 2006, p. 33)

Vale ressaltar, que apesar de na Lei Orgânica do Município de Porto Velho em seu Artigo 161 - Inciso II estabelecer que é de competência do gestor municipal a “*preservação, restauração e manutenção do patrimônio histórico, das manifestações culturais, das belezas naturais, da flora, da fauna, e dos demais recursos renováveis, através do binômio lazer e capital;*” nada ou quase nada tem sido feito para seu cumprimento justamente por falta de órgãos, pessoas qualificadas e focadas exclusivamente nas questões patrimoniais.

É importante a criação de tais órgãos ligados a gestão do patrimônio não só para fiscalizar, mas também para propor projetos e formulações de leis que preservem, intervenham e que possibilitem uma menor descaracterização do patrimônio.

O terceiro e último elemento a ser levantado refere-se à falta de clareza conceitual ao se estabelecer o que deve ser preservado em consonância com a sociedade. Estabelecer com clareza os critérios que serão usados na elaboração de projetos de restauro ajudará a se chegar

³ Rugosidades é o termo apresentado por Milton Santos que serve para designar todas as marcas histórias – trabalho, material utilizado, tempo e função – presentes em um monumento e que quase sempre são imperceptíveis aos olhos do gestor público.

perto do ideal de se restaurar sem perder os elementos básicos e os traços originais da arquitetura, por exemplo. Fazendo isso após a fase de conclusão do projeto o bem edificado pode receber outras funções diferentes das de épocas passadas, concebendo ao “velho” monumento um espaço com outras funções. Ou seja, nesta perspectiva o bem patrimonial mantém as suas rugosidades ao mesmo tempo em que revitaliza o espaço ao receber outras funções.

Mediante o quadro de ausências evidenciados na cidade de Porto Velho é inevitável constatar que o que foi alterado, na gestão do ex-prefeito Roberto Sobrinho, foi simplesmente revitalizado.

Quando se analisa o espaço da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, apesar da participação do IPHAN que tem por obrigação fiscalizar e intervir em monumentos tombados verificou-se uma série de alterações. Modificaram-se banheiros, construiu-se uma praça com um mini teatro de arena, mudou-se o piso e não se levou em consideração o que foi previsto em todos os Editais lançados pelo IPHAN que mencionava restauração ao referido bem.

Em se tratando de Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, o investimento foi feito e o trabalho encontra-se quase na fase de conclusão, porém de restauração nada foi evidenciado, tendo em vista que os procedimentos ditados e já bastante difundido pela Arqueologia Histórica, pela Arqueologia Urbana e pelos estudos da Arqueologia da Arquitetura não foram seguidos. Não precisa ser funcionário do IPHAN e tampouco ser um profundo conhecedor das técnicas de restauro para perceber o que ocorreu. Basta comparar os patrimônios em questão através das fotografias antigas para perceber as modificações promovidas e o total desconhecimento sobre os procedimentos construtivos usados no passado.

O prédio hoje denominado de Mercado Central enfrentou os mesmos problemas evidenciados no espaço da ferrovia. Este por não ser tombado, correu a revelia de qualquer tipo de fiscalização e como o que restava do antigo Mercado Central era apenas uma pequena parte edificada, o gestor municipal ousou no processo de reconstrução sem levar em conta os procedimentos metodológicos para o restauro. Em termos de fachada, optou-se por uma replica de parte do Mercado, uma vez que o antigo ocupava uma quadra e o atual apenas metade dela. Internamente o prédio sofreu alterações profundas. O espaço central, antes corredor principal de acesso aos boxes, deu lugar a um mini teatro de arena e com bares e

lojas de artesanatos compondo as suas laterais. Das rugosidades do lugar só restou à localização e algumas fotografias antigas que compõem a sua decoração.

5. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Após todo o percurso realizado na trajetória deste trabalho pode-se aqui terminá-lo com a seguinte indagação: Ao revitalizar a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré e o prédio do antigo Mercado Central com o discurso de restauro, foi possível garantir uma nova marca arquitetônica ao espaço urbano, referente a gestão do ex-prefeito, a exemplo do que ocorreu durante a fase de construção da ferrovia e da implantação do Território Federal do Guaporé?

Seria cômodo deixar a questão em aberto para possíveis reflexões posteriores, no entanto não podemos nos furtar do direito de tomarmos posição, mesmo porque somos moradores da cidade e como tais percebemos as mudanças ocorridas nos últimos anos. A dinâmica imposta ao município de Porto Velho, sobretudo, com as mudanças promovidas pelas obras de compensação oriundas das empreiteiras encarregadas da construção das Usinas Hidrelétricas do Madeira, tem gerado o que Hall (2006), aponta como sentimentos de descontinuidade, de deslocamentos, de ruptura com o passado, impulsionado pelo processo de transformação ou de reconfigurações do patrimônio.

Há uma necessidade eminente de transformar o velho em novo, em demonstrar aos munícipes que a cidade está se modernizando e por isso se transformou em um verdadeiro canteiro de obras. Porém, tais imagens não passaram de manipulação de conteúdos na tentativa de apagar as rugosidades e de impor a dinâmica da patrimonialização global, isto é, de promover a ideia de que o lugar é coadjuvante frente ao cenário global.

Assim, pode-se dizer que no máximo o que a gestão do ex-prefeito conseguiu fazer foi imprimir um inusitado processo de recriação dos bens patrimoniais analisados, que mais serve como ponto de consumo e de legitimação de práticas capitalistas, do que propriamente algo relevante que gere marcas significativas ao espaço edificado e ao tempo do vivido.

O que emerge de tais ações são tentativas de ocultações de uma velha Porto Velho que deve se fazer presente no campo da memória dos moradores mais antiga da cidade e uma nova Porto Velho que deve se fazer emergir revitalizada e muito mais dinâmica. Porém, o que

deve ser lembrado é que o tempo é feito também por dobras e ao tentar virar as páginas, as marcas deixadas por elas acabam por trazer a tona os lugares do acontecido ou do vivido e tais marcas não se podem apagar.

E finalmente, é importante retomar os pontos nevrálgicos e fundamentais para que as questões ligadas ao patrimônio sejam levadas com seriedade e, que ao longo do trabalho denominamos de ausências. Tais ausências contribuíram significativamente para uma remodelagem dos bens patrimoniais, sem levar-se em conta, conceitos e métodos necessários para se restaurar e garantir uma nova função dentro de uma perspectiva de revitalização. Que fique claro que não somos contrários a revitalização, porém a defendemos mediante políticas sérias em que os principais envolvidos sejam profissionais capacitados, comprometidos com as técnicas do restauro e empenhados em manter o texto temporal expresso nas paredes do bem patrimonial.

Assim, chama-se a atenção para necessidade de formação de profissionais como arqueólogos, historiadores, geógrafos dentre outros que pensem a cidade e toda a sua forma como um texto escrito por seus sujeitos sociais. Texto que pode ser facilmente lido no patrimônio edificado de qualquer espaço, uma vez que com suas marcas temporais carregam tramas, raízes históricas, políticas e identitárias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Regina de Araújo de. O Espaço da História e o Tempo da Geografia: representações da cidade de São Paulo. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org). **Geografia das Metrôpoles**. São Paulo: Contexto, 2006.

BORZACOV. Yêdda Pinheiro. **Porto Velho – 100 Anos de História 1907-2007**. Porto Velho: Primor, 2007.

CARVALHO, Júlio. **Um Olhar sobre o Urbanismo e a Arquitetura de Porto Velho**. Rio de Janeiro: Fundação Iaripuna de Cultura, 2009

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2001.

FERREIRA, Manoel. **A Ferrovia do Diabo**. São Paulo: Melhoramentos, 1982.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. UFRJ-IPHAN, 2005.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

KUHL, Beatriz Mugayar. História e Ética na Conservação e na Restauração de Monumentos Históricos. In: **R. CPC**, São Paulo, v.1, n.1, p. 16-40, nov. 2005/ abr. 2006

Lei Orgânica do Município de Porto Velho.
http://www.portovelho.ro.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=15605. Página visitada em 06 de Fevereiro de 2013.

NOGUEIRA, Mara Genecy Centeno. **A Construção do Espaço Social em Porto Velho, na Primeira Metade do Século XX: um olhar através da fotografia**. 2008, 135 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Rondônia – UNIR, Porto Velho, 2008.

_____. A Estrada de Ferro Madeira-Mamoré e o Surgimento da Cidade de Porto Velho. In: **Estrada de Ferro Madeira-Mamoré: História, Prosa e Verso**. Porto Velho: Fundação Iaripuna de Cultura, 2012.

Disponível em: <http://pref-p-velho.jusbrasil.com.br/politica/8306864/prefeitura-comeca-restauracao-da-efmm> - Acesso em 24 de Março de 2012.

Disponível em: <http://www.gentedeopinioao.com.br/lerConteudo.php?news=87003> – Acesso em: 24 de Março de 2013.

Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=20&sigla=PatrimonioCultural&retorno=paginaIphan> – Acesso em: 27 de janeiro de 2013.